

# OS DESAFIOS DA JFSP NA READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em dezembro de 2016, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional n.º 95, conhecida como Emenda do Teto de Gastos Públicos, que surgiu com o objetivo de equilibrar as contas públicas, por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos.

Entre os principais pontos trazidos pela Emenda, a partir de 2018, os gastos federais só podem aumentar conforme a inflação acumulada nos 12 meses anteriores. Caso o órgão desrespeite seu teto, ficará impedido de, no ano seguinte, dar aumento salarial, contratar pessoal, criar novas despesas ou conceder incentivos fiscais. Para alguns críticos, a Emenda impede investimentos públicos.

Mas o fato é que a Emenda foi aprovada, está em vigor e todos os órgãos têm de se adequar a ela.

“Desde a promulgação da Emenda, em 2016, nós tivemos um corte grande no orçamento, em mais de 30%. Fomos obrigados a reduzir os gastos em diversas áreas, especialmente nos contratos ordinários como limpeza, segurança, quadro de estagiários etc. Foi um momento difícil”, explicou a juíza federal Luciana Ortiz Zanoni, diretora do Foro.

Na ocasião, a JFSP publicou uma ordem de serviço que estabelecia que os prédios da Seção Judiciária de São Paulo teriam de fechar as portas e apagar as luzes às 19h10, que um elevador por prédio deveria ser desligado, que o período de utilização do ar-condicionado seria de, no máximo, cinco horas diárias, entre outras medidas.

“O problema é que neste ano, 2018, também sofremos a mesma diminuição no orçamento. Se não mantivermos o mesmo critério de contenção de despesas que adotamos em 2016, com a contribuição de todos, teremos que fa-



zer novos cortes, pois o dinheiro não vai surgir com emendas ou complementos”, disse Luciana, em reunião realizada em maio, com magistrados e servidores.

A juíza adiantou que no próximo ano não será possível ampliar as despesas de duração continuada, como o quadro de funcionários terceirizados (vigilantes, limpeza, manutenção predial etc), estagiários, valores de aluguéis dos imóveis, serviços de impressão, entre outros.

Luciana ainda falou da dificuldade que a Seção Judiciária enfrenta para nomear novos servidores, aprovados em concurso público. Ela explicou que, no momento, em cargos vagos com impactos orçamentários (servidores que se aposentam, por exemplo), só é possível fazer novas nomeações se houver autorização do Conselho da Justiça Federal. Somente para os cargos sem impacto (decorrentes de exonerações, por exemplo), a JFSP pode nomear.

Nos meses de maio e junho, Luciana junto com a presidente do TRF3, desembargadora Therezinha Cazerta, cumpriram intensa agenda de reuniões com parlamentares no Congresso Nacional em Brasília, para angariar apoio a uma emenda no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária de 2019, fundamental para a prestação de serviços essen-

ciais da Justiça Federal.

Mas se por um lado a Seção Judiciária tem sofrido com a necessidade de economizar em diversas áreas, por outro, ela foi obrigada a criar maneiras alternativas de investir na prestação do serviço à população sem onerar o seu orçamento. Veja algumas delas:

**iNovaJusp:** lançado em novembro de 2016, o Programa de Gestão e Inovação da Seção Judiciária de São Paulo é baseado na construção coletiva de ações que promovam mudanças na operacionalidade das atividades, propiciando melhores resultados ao serviço público. Tem a participação de juízes e servidores no estabelecimento das metas prioritárias para a JFSP.

**Gabinete da Inovação e Gestão Integrada:** o Gabin é uma comissão formada pela Diretoria do Foro, Escola de Servidores e gestores da Administração Central, que se reúnem mensalmente para alinhar as atividades de gestão das subsecretarias administrativas; propiciar visão sistêmica das diversas áreas; promover a tomada de decisão participativa; e aprovar o Planejamento Estratégico Situacional encaminhado pelo Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora (Congip).

**Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora:** participam do Congip, além dos membros do Gabin, juízes representantes dos polos de gestão e respectivos diretores de Secretaria ou de Núcleos de Apoio Regionais; um representante da associação regional de juízes e um do sindicato dos servidores da Justiça Federal de São Paulo. Entre as atribuições, estão alinhar as atividades de gestão das áreas administrativas de todas as subseções judiciárias; propiciar um canal de comunicação dos juízes e servidores com a Diretoria do Foro; propor prioridades na alocação de recursos, entre outras.

**Orçamento-Programa Participativo (OPP):** todas as subseções judiciárias participam da elaboração do orçamento, encaminhando propostas de acordo com suas prioridades e necessidades. Há também a participação da sociedade civil, por meio de audiências públicas que são realizadas anualmente. “Embora estejamos no ano de 2018 executando o primeiro OPP, ele já permitiu, no ano de 2017, uma reorganização dos gastos, que passaram a ser planejados e direcionados para as necessidades das subseções. Todas essas medidas permitiram economia, já que evitaram gastos improvisados e desnecessários”, afirmou Luciana. Para o diretor acadêmico do NUES, juiz federal Paulo Cezar Neves Junior, “essa forma de participação direta de magistrados e servidores na gestão tem se revelado muito útil nesses momentos de crise orçamentária, na medida em que nos permite planejar melhor e definir prioridades ouvindo todos. É uma verdadeira mudança de paradigma na administração da Justiça”.



**Mapeamento dos Fluxos de Trabalho:** foi realizado o mapeamento dos serviços dos setores administrativos, sendo um passo necessário à implantação da gestão por processos de trabalho, fazendo com que o conhecimento dos procedimentos não fique restrito a apenas um servidor, mas seja compartilhado por todos, garantindo a continuidade do serviço e a transparência das informações. “Com o mapeamento, será possível conhecermos melhor o nosso trabalho, identificar gargalos, retrabalhos, existência de riscos, entre outras possibilidades. Em um segundo momento, faremos a gestão desse conhecimento, buscando soluções inovadoras para os problemas encontrados e refinamento do nosso serviço”, afirmou Luciana.

**Rede PJe:** o projeto prevê a criação de uma rede colaborativa, levando em consideração as inúmeras mudanças no mundo contemporâneo (tecnológicas, ambientais e orçamentárias, entre outras) e o fato de que a estrutura organizacional do Judiciário, de algum modo, precisa dialogar com a nova realidade. A versão inicial foi encaminhada aos magistrados e servidores, que puderam se manifestar apresentando suas ponderações. A partir dessas contribuições, o projeto inicial passou por reanálise e alguns pontos foram revistos e/ou aprofundados. A fim de que todos possam contribuir para a construção da versão final, será discutida a proposta com o conjunto da SJSP, de julho a setembro, em reuniões descentralizadas e por meio eletrônico (intranet).

**Modernização da Gestão de Dados:** projeto busca reunir informações, que atualmente estão armazenadas em planilhas e de forma fragmentada, transportando-as para um banco de dados único. “A ideia é tornar essas informações disponíveis a todas as áreas, a fim de que se possa ter uma visão geral da Administração sem a necessidade de solicitar relatórios”, disse o juiz federal Caio Moysés de Lima, vice-diretor do Foro. O objetivo do projeto é formar um “armazém de dados”, por meio do uso de ferramentas que trabalham com fórmulas estatísticas, geram gráficos e podem relacionar diferentes bancos de dados. Uma equipe integrada por servidores da Administração Central está sendo treinada para levar adiante esse trabalho. Há projetos de sistemas nas áreas de licitações e contratos, administração predial, formulário para subseções, entre outros.

**Aluguéis de imóveis:** a Diretoria do Foro espera reduzir drasticamente despesas com aluguel. Recentemente, a JFSP comprou um prédio para o Fórum de Barueri, deixando de pagar um elevado valor de locação. Já as Turmas Recursais, na capital, foi para outro edifício, com um aluguel muito mais barato que o anterior. Em outras subseções com despesas altas com locação, casos de Mauá, Americana e Taubaté, foi realizado um chamamento público para verificar a viabilidade de aquisições de imóveis nessas cidades. ■

A Seção Judiciária de São Paulo, para atender à legislação, deve reduzir em 26,5% as despesas discricionárias (aquelas que não são obrigatórias, também chamadas despesas de custeio e investimento) para o exercício de 2019. Para isso, servidores e magistrados que tiverem sugestões de novas estratégias de economia de gastos podem encaminhá-las, via e-mail, para a Subsecretaria de Planejamento Orçamentário e Finanças: [admsp-upof@jfsp.jus.br](mailto:admsp-upof@jfsp.jus.br).